



Espacios Públicos

ISSN: 1665-8140

revista.espacios.publicos@gmail.com

Universidad Autónoma del Estado de

México

México

Hochmann Béhar, Alexandre; Paschoal Dourado, Débora
Desenvolvimento e caos urbano na sociedade brasileira: uma análise sobre suas
conexões, disfunções e relações
Espacios Públicos, vol. 18, núm. 42, enero-abril, 2015, pp. 33-57
Universidad Autónoma del Estado de México
Toluca, México

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67639329002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Desenvolvimento e caos urbano na sociedade brasileira: uma análise sobre suas conexões, disfunções e relações

Development and urban chaos in Brazilian society: an analysis of their connections, dysfunctions and alternatives

Fecha de recepción: 7 de agosto de 2014
Fecha de aprobación: 25 de enero de 2015

*Alexandre Hochmann Béhar**
*Débora Paschoal Dourado**

RESUMO

As mobilizações populares, realizadas nas principais cidades brasileiras em 2013, chamaram a atenção de diversos setores da sociedade e da comunidade internacional. A “ilha” de prosperidade e felicidade, representada pelo Brasil, parece apresentar problemas associados à baixa qualidade de vida de grande parte de sua população urbana. A partir da problematização apresentada, este ensaio teórico propõe relacionar o modelo tradicional de desenvolvimento, direcionado prioritariamente ao desenvolvimento econômico, a atuação do Estado brasileiro, principal dirigente do desenvolvimento nacional, e o processo de urbanização, como prática decorrente deste modelo. Por fim, compreende-se que o estabelecimento de um processo de mudança, mais ajustado à necessidade popular pode estar associado a uma espécie de releitura do modelo de desenvolvimento ainda vigente, decorrente de profunda transformação de comportamento e atitude política dos cidadãos desta mesma sociedade. Isto não quer dizer, entretanto, que tal processo acontecerá sem enfrentar a resistência dos grupos hegemônicos.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento, urbanização brasileira, caos urbano, alternativas de desenvolvimento, mobilização popular.

ABSTRACT

The 2013 popular mobilizations that were held in all of the major Brazilian cities caught the attention of many sectors of society and the international community. The “island” that was once associated with prosperity and happiness now resonates with the deep problems of the urban population’s poor standards of living. Starting from this troubled scenario, this theoretical essay proposes a linking process of the traditional development model that focuses primarily on economic development, the performance of the Brazilian state, the main engines of national development and the process of urbanization, as a practical result of the current model. Finally, it is stated that the establishment of a process of transformation that is more adjusted to the popular needs may be associated with a new kind of reinterpretation of the prevailing development model, due to profound shifts of attitudes and political behavior of the Brazilian citizens. However, this does not mean that this process will ensue without facing the resistance of hegemonic groups.

KEY WORDS: development, brazilian urbanization, urban chaos, development alternatives, popular mobilization.

* Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. Correo-e de contacto: alexhb@ig.com.br

INTRODUÇÃO

As manifestações populares realizadas nas cidades brasileiras em 2013, apelidadas de “Jornadas de Junho”, chamaram a atenção de diversos setores da sociedade, entre eles políticos, jornalistas e acadêmicos. Em apenas duas semanas os protestos liderados pelo Movimento Passe Livre contrários ao aumento da tarifa de transporte público na cidade de São Paulo, que mobilizaram cerca de 4 mil pessoas em seu início, se transformam em algo muito maior, com a participação de quase um milhão e meio de pessoas, presentes em mais de 120 cidades brasileiras (Peschanski, 2013).

Sobre tal questão Zizek (2013) observa que, assim como os protestos realizados na Praça Taksim, na Turquia, não se pode compreender facilmente porque um país que atravessa um período de prosperidade e crescimento econômico, diante de um panorama de crise global, conviva com protestos tão intensos. De acordo com o autor estes movimentos:

são todas reações contra as múltiplas facetas da globalização capitalista. A tendência geral do capitalismo global atual é direcionada à expansão do reino do mercado, combinada ao enclausuramento do espaço público, à diminuição de serviços públicos (saúde, educação, cultura) e ao aumento do funcionamento autoritário do poder político (Zizek, 2013: 104).

Neste sentido, Sakamoto (2013: 96) ainda observa que

os problemas enfrentados pelos movimentos urbanos envolvidos nesses atos políticos não são

pontuais, mas sim em decorrência de um modelo de desenvolvimento que, enquanto explora o trabalho, concentra a renda e favorece classes abastadas, ou deprecia a coisa pública (quando ela não se encaixa em seus interesses) ou a privatiza (quando ela se encaixa).

Tais apontamentos parecem se relacionar às críticas realizadas por Furtado (1980: 5), de que o modelo de desenvolvimento, praticado pelos países capitalistas desde o século XVIII, gerou também “urbanização caótica, desorganização da vida comunitária, desemprego em massa, redução do homem, inclusive dos menores, a simples força de trabalho”.

O impacto negativo deste modelo de desenvolvimento parece ser ainda mais marcante nas metrópoles dos países de industrialização tardia, atualmente denominados de “países em desenvolvimento”, como é o caso do Brasil. Decorrente de um acelerado e concentrado processo de industrialização, capitaneado e incentivado pelo Estado (Brito e Souza, 2005), o processo de urbanização brasileiro se deu em velocidade muito superior ao acontecido nos países desenvolvidos (em período histórico equivalente ao início de sua industrialização) e, desta forma, além das dificuldades decorrentes da própria urbanização, outras questões mais complexas são acrescentadas (Brito, 2007).

Entretanto, ao contrário do que ocorreu nos países desenvolvidos no início do seu processo de industrialização, onde a maior parte da força de trabalho deslocada para as cidades era aproveitada pelo setor secundário (indústria), nos países subdesenvolvidos não havia tanta necessidade de mão de obra nas

indústrias, decorrente dos avanços tecnológicos e dos processos de produção. A falta de oportunidades de trabalho à maior parte do contingente de pessoas residentes nas cidades e regiões metropolitanas proporcionou grande direcionamento desta mão de obra para o setor terciário (serviços e comércio). Fatores agravantes, como a baixa qualificação da maior parte destes trabalhadores, levaram esta população ao subemprego (Santos, 1982).

Sobre este aspecto, Junqueira (2000) também compreende que a realidade das metrópoles brasileiras encontra-se muito distante de possibilitar boas condições de sobrevivência e convivência entre os seres humanos que a habitam, e ao seu entorno. Não que no passado elas já não apresentassem problemas e questões sociais a serem resolvidas, mas a intensificação e acirramento do capitalismo deterioraram, em outros aspectos, a qualidade de vida das populações das cidades brasileiras.

Desta forma, não é de espantar que no final do século XX a percepção da sociedade brasileira em relação à vida nas suas cidades (especialmente as cidades maiores e as metrópoles) está associada à violência, poluição de diversas formas, enchentes, bolsões de pobreza e trânsito congestionado. É nas regiões metropolitanas das grandes cidades que se apresenta o caráter mais excludente e de segregação dos grandes centros urbanos. A esta população é muitas vezes dificultado o acesso aos serviços e infraestrutura urbanos, dependendo fortemente da cidade principal para tais realizações (Maricato, 2003).

A partir dos apontamentos apresentados, buscando melhor compreensão a respeito

da problemática investigada, e das categorias centrais que dela se aproximam, parece relevante contextualizá-la a partir de conceitos mais amplos, a serem apresentados no tópico seguinte.

REREFERENCIAL TEÓRICO

O entendimento sobre o conceito de desenvolvimento

Inicialmente associada à noção de progresso, a transformação dos diversos campos da sociedade, como proposta da Modernidade, se apresenta em oposição ao que se entendia ser a ideia de decadência (em relação a um estado de glória e esplendor no passado), até o fim da Idade Média (Abbagnano, 2007).

Neste sentido observa-se que a ascensão da burguesia ao poder, associado à expectativa de progresso da humanidade, contribuíram profundamente para estabelecimento do ideal de desenvolvimento, e das correntes de pensamento associadas, especialmente a partir do século XVIII (Furtado, 1980).

Desta forma observa-se que

a primeira delas se filia ao Iluminismo, com a concepção de história como uma marcha progressiva para o racional. A segunda brota da ideia de acumulação de riqueza, na qual está implícita a opção de um futuro que encerra uma promessa de melhor bem-estar. A terceira, enfim, surge com a concepção de que a expansão geográfica da influência europeia significa para os demais povos da terra, implicitamente considerados 'retardados', o acesso a uma forma superior de civilização (Furtado, 1980: 1).

Esta percepção evolui de tal forma que já no século XIX, “a realização material do progresso seria uma condição necessária para que as pessoas comuns pudessem superar seu destino de danação social” (Heidemann, 2010: 24).

Também Dos Santos (2000:15) observa que a dimensão de um novo e superior estágio civilizatório, era apresentado como “resultado histórico da ação de forças econômicas”, “como resultado de um modelo de conduta racional do indivíduo racional e utilitário” ou “como produto da superioridade racial ou cultural da Europa”.

De forma complementar, Furtado (1980: 41) aponta que é especialmente a partir do século XIX, que tal transformação associou-se fortemente “à introdução de métodos produtivos mais eficazes e se manifesta sob a forma de aumento de fluxo de bens e serviços finais à disposição da coletividade”. Assim, o entendimento a respeito do desenvolvimento se articula aos conceitos de eficiência e riqueza, que terão por base a prática do comportamento racional ou comportamento eficiente, e que foram determinantes no atingimento de maior progresso técnico (Furtado, 1980).

Sob tal perspectiva, Dos Santos (2000), observa que, apoiados no ideal Moderno, coube aos estudiosos da teoria do desenvolvimento identificar os obstáculos a sua implantação, determinar os instrumentos para intervenção de forma que fosse possível às sociedades, através do alcance dos resultados esperados, sua aproximação a este modelo ideal.

Este caráter estritamente econômico é apontado por Heidemann (2010: 24) quando este observa que “até as primeiras décadas do século 20, a promoção do progresso esteve,

mormente, a cargo das forças da economia de mercado sob o comando teórico da economia política”. O Estado somente passou a ter papel de equilíbrio junto ao mercado, na promoção de ações para o desenvolvimento das sociedades, após a crise financeira, no período entre guerras. Esta mudança se dá principalmente através da ação reguladora e da participação direta na economia (Heidemann, 2010).

É a partir da ação política dos Estados, por meio de seus governantes, como atores ativos nas relações econômicas da sociedade, que surgem as chamadas “políticas governamentais, mais tarde melhor compreendidas como políticas públicas” (Heidemann, 2010: 25). O nascente ideal de desenvolvimento transforma-se, na percepção de alguns governantes e teóricos, em uma série de diretrizes e prescrições orientadoras do comportamento dos demais Estados nacionais (Heidemann, 2010: 25).

Desta forma, “durante as décadas subsequentes, os países foram classificados, por indicadores de desenvolvimento, em países desenvolvidos, subdesenvolvidos e países em desenvolvimento” (Heidemann, 2010: 26), estando tal grau de desenvolvimento quase que totalmente associados ao nível de industrialização do país. Os principais indicadores para esta definição eram de natureza econômica e, desta forma, “desenvolver um país significava, e ainda significa, basicamente, implantar uma economia de mercado que incluía, se não a totalidade, pelo menos a maior parte de seus cidadãos” (Heidemann, 2010: 26).

Sobre este aspecto, Hermet (2002:33) observa que “o conceito de subdesenvolvimento propriamente dito aparece pela primeira vez no

‘Discurso sobre o estado da União’, pronunciado pelo Presidente Harry Truman a 20 de janeiro de 1949”. O autor aponta ainda que tal discurso se apresentaria como um plano de auxílio à melhoria nas condições de vida e crescimento econômico dos países subdesenvolvidos, proporcionado pelo progresso científico e técnico obtido por tal país.

De forma complementar, Silva (2010: 2) observa que

do ponto de vista de sua definição, o subdesenvolvimento é a condição de atrofia do sistema econômico-social de um país em relação aos padrões econômicos das nações industrializadas, chamadas desenvolvidas, ou seja, é condição básica dos Estados-nação inclusos na periferia sistêmica.

O subdesenvolvimento, desta forma, estaria associado à questão econômica da dependência, que desta forma atingiria desde países extremamente pobres e não industrializados, até mesmo países com considerável grau de industrialização e diversificação produtiva (Silva, 2010).

Sobre a relação entre o desenvolvimento e a industrialização, Singer (1998: 24) também observa que

sendo a concentração o traço essencial da indústria fabril, que o progresso técnico dos últimos 200 anos não fez mais que acentuar, era inevitável que os países que não pudessem contar com um acesso privilegiado a amplas parcelas do mercado mundial não se industrializassem, passando a constituir, num sentido muito amplo da expressão, o ‘campo’ das ‘cidades’ industriais do mundo. Tomando-se a industrialização

como a forma ‘normal’ de desenvolvimento, passou-se a reconhecer que estes países – a grande maioria da humanidade – permaneceram ‘subdesenvolvidos’.

Assim, compreendia-se que a industrialização representava a chave para o desenvolvimento, apresentando papel de aglutinação e articulação “do desenvolvimento, progresso, modernidade, civilização e democracia” (Dos Santos, 2000:74). Consequentemente, estabelece-se que a condição de atraso nestas sociedades estaria associada ao caráter agroexportador e especializado de suas economias.

O que se observou na prática foi que os países industrializados representaram, então, modelos a serem seguidos pelos demais países, ou, como observa Heidemann (2010: 27) “os subdesenvolvidos olhavam para os desenvolvidos e deixavam-se fascinar por suas conquistas, desejando emulá-los”.

Dos Santos (2000:17) observa ainda que, para os estudiosos da década de 1950, “a questão do desenvolvimento passou a ser, assim, um modelo ideal de ações econômicas, sociais e políticas interligadas que ocorreriam em determinados países, sempre que se dessem as condições ideais à sua ‘decolagem’”, aqui orientada a noção de “decolagem econômica (*take off*)” (Hermet, 2002: 16).

Apoiada no cenário de crise das décadas de 1970 e 1980, e também nas ideais do economista austríaco Hayek, a teoria do desenvolvimento começa a ser rapidamente superada pelo nascente ideal neoliberal (Hermet, 2002; Ristoff, 2008).

Entretanto, o neoliberalismo se conceberia também como uma estratégia de desenvolvimento

global, envolvendo grande volume de países, reordenando e reformulando relações entre estes, visando “uma estabilização e equilíbrio financeiro, capazes, por sua vez, de reativar o crescimento de um país ou de uma região, sem que se mencione a ideia de desenvolvê-los em uma perspectiva integral” (Hermet, 2002: 44).

Desta forma, Furtado (1980) observa o conceito de desenvolvimento apresenta dois sentidos diferentes. “O primeiro diz respeito à evolução de um sistema social de produção na medida em que este, mediante a acumulação e progresso das técnicas, torna-se eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho” (Furtado, 1980: 15). O fato de se relacionarem com sistemas sociais de produção, que lidam com fatores heterogêneos e dinâmicos, tornam os conceitos de eficiência e acumulação ambíguos nesta definição. Entretanto, “se pode admitir como evidente que a divisão social do trabalho acresce à eficiência deste, e que a acumulação não é apenas a transferência no tempo da utilização final de um recurso, e sim a adição de uma dimensão diacrônica à divisão social do trabalho” (Furtado, 1980: 15).

Também Goulart e Vieira (2003: 105) observam que

a evolução empírica do desenvolvimento e a inflexão correspondente de seu conceito estão permeadas por mudanças nos padrões de produção, alto desenvolvimento tecnológico, globalização de mercados e fluxos financeiros que promoveram, ao longo do tempo, uma reorganização de instituições e forças promotoras do desenvolvimento evidenciando

novas relações entre o Estado, o mercado e a sociedade.

O outro sentido, apresentado por Furtado (1980: 16), relaciona o conceito de desenvolvimento “com o grau de satisfação das necessidades humanas”. Para o autor, este conceito se apresentaria ainda mais ambíguo, apresentando um primeiro plano de critérios, de certa forma, objetivos. Por objetivos se quer dizer que se relacionam claramente com necessidades humanas básicas, como alimentação, vestimentas e moradia. Entretanto, ao passo que nos distanciamos deste primeiro plano, maior também é a influência da interpretação baseada em aspectos culturais e valores pessoais na interpretação da própria ideia de necessidade.

De forma conclusiva, Furtado (1980: 16) observa que

a rigor, a ideia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos.

Assim, alinhado aos críticos do modelo de desenvolvimento prioritariamente voltado para o crescimento econômico, o autor observa que “a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia a sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica” (Furtado, 1980: 16).

O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil

A respeito do modelo de desenvolvimento praticado nos países latino-americanos, autores como Furtado (1968), Dos Santos (2000) e Marini (2005) observam que este apresentou características distintas aos de países então considerados desenvolvidos.

A temática do desenvolvimento, relativa aos países da América Latina, foi polarizado durante boa parte do século XIX pelo debate entre civilização e barbárie. O atraso dos países latino-americanos na percepção de suas elites, frente ao modelo e valores culturais europeus, seria justificável pela “majoritária presença cultural, social e étnica não europeia” (Dos Santos, 2000: 73).

A compreensão de que a classificação de subdesenvolvimento representava ausência de desenvolvimento buscava justificar que tal “atraso” estaria relacionado aos obstáculos impostos por estas próprias sociedades ao pleno desenvolvimento ou modernização (Dos Santos, 2000).

Na busca pelo ideal europeu de progresso, as classes médias latino-americanas se apoiaram na filosofia positivista, de Auguste Comte, que “colocava como meta histórica da civilização o desenvolvimento da indústria, da tecnologia e da ciência, cuja implantação seria o resultado da ação de uma classe industrial” (Dos Santos, 2000: 73).

Também Hermet (2002: 28) observa que “o positivismo fez com que o progresso das sociedades dependesse de uma condução mais racional, estável e cumulativa da exploração

dos recursos naturais e da produção das coisas: isto é, diríamos hoje, da economia”. Desta forma, compreendia-se que a industrialização representava a chave para o desenvolvimento, apresentando papel de aglutinação e articulação “do desenvolvimento, progresso, modernidade, civilização e democracia” (Dos Santos, 2000: 74).

Sobre o processo de industrialização brasileiro, Marini (2005) observa que em países como o Brasil não se configurou uma autêntica economia industrial. O autor parte da perspectiva de que esta possibilitaria uma mudança qualitativa em seu desenvolvimento econômico, decorrente do seu direcionamento e da acumulação de capital, “ao contrário, a indústria continuou sendo ali uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários” (Marini, 2005: 166).

Denominado substituição de importações tal observação se relaciona com a ideia de que os países considerados subdesenvolvidos aproveitaram a impossibilidade de produção industrial nos países desenvolvidos, especialmente nos períodos de guerras e crises do modelo capitalista, para desenvolver sua indústria interna. Entretanto estes atuaram somente como exportadores de produtos e matérias-primas, sem de fato propiciarem a criação de um verdadeiro mercado interno (Dos Santos, 2000).

De forma conclusiva, Furtado (1974: 45) observa que

não havendo conhecido a fase de formação de um sistema econômico nacional dotado de relativa autonomia – fase que permitiu integrar as estruturas internas e homogeneizar a tecnologia, as economias

periféricas conhecem um processo de agravação das disparidades internas à medida que se industrializam guiadas pela substituição de importações.

Outro agravante refere-se às condições para construção de um parque industrial nos países subdesenvolvidos, que não se apresentavam de forma tão clara e simples quando estes autores supunham (ou queriam supor). A falta de conhecimento tecnológico e poder financeiro para efetuar os grandes investimentos necessários inviabilizavam o desejo de substituir o capital internacional (Dos Santos, 2000).

Observa-se, ainda assim, que a América Latina se insere na estrutura atuante no novo modelo de produção da Europa, a divisão internacional do trabalho. Este fato servirá como orientador do modelo de desenvolvimento a ser praticado na região (Marini, 2005).

Outro aspecto relevante, apontado por Dos Santos (2000), refere-se ao fato de que a nascente burguesia industrial dos países latino-americanos não confrontou as oligarquias tradicionais, fato que poderia proporcionar distribuição de renda no campo e possibilitar o desenvolvimento de um mercado interno significativo. A solução encontrada por esta burguesia, especialmente dos países latino-americanos, foi buscar apoio junto ao Estado no desenvolvimento de suas atividades, atuando especialmente em setores onde o capital internacional não objetivava investir.

A expectativa frustrada de uma revolução democrático-burguesa nos moldes do que havia ocorrido na Europa, ajusta-se à tendência desta burguesia em se associar ao capital internacional, cabendo ao Estado determinar

as formas de regulamentação para retirada de lucros do país, de forma que assim fosse possível subsidiar o desenvolvimento industrial desta região. Este capital internacional, entretanto, era percebido como um promotor do processo de expropriação das riquezas dos países latino-americanos, e não como um parceiro para proporcionar o desenvolvimento econômico destes países (Dos Santos, 2000).

Foi também na reorientação do foco da produção industrial, possibilitando o despertar de um mercado interno, que se apoiaram para o nascimento das diferentes correntes desenvolvimentistas, ainda na década de 1950. Ainda assim os países latino-americanos não conseguem obter sua independência econômica do capital internacional, na medida em que o financiamento do desenvolvimento desta indústria está associado à importação do capital estrangeiro, caracterizada pela nova configuração assumida pela economia internacional, especialmente a partir do fim da II Guerra Mundial (Marini, 2005).

A criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), uma dentre as comissões econômicas da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1947, é outro exemplo do pensamento desenvolvimentista da época. Esta teve como principal foco reverter o subdesenvolvimento dos países latino-americanos, em decorrência do papel prioritariamente exportador de suas economias, que na percepção dos estudiosos da época se apresentava como principal obstáculo para geração do desenvolvimento econômico (Dos Santos, 2000).

Bielschowsky (1989: 39) observa também, a respeito do pensamento cepalino, que “era

indispensável a essa proposta a demonstração de que a evolução histórica dos países que em meados do século XX continuavam subdesenvolvidos era, necessariamente, distinta daquela dos países desenvolvidos”.

Colistete (2001: 22) ainda observa que, “a teoria cepalina manteve-se essencialmente como uma teoria não formal, na qual a elaboração de hipóteses, conceitos e implicações foi conduzida paralelamente à descrição de aspectos da realidade econômica da América Latina”.

Em decorrência da teoria cepalina, Fonseca (2004) observa o estabelecimento de um modelo diferenciado de desenvolvimento no Brasil, especialmente a partir da década de 1950, denominado “desenvolvimentismo”.

Desta forma, direcionada aos aspectos das teorias econômicas, tal corrente seria denominada de “desenvolvimentismo estruturalista”, que se apresentaria como “uma síntese teórica de um ecletismo keynesiano e das teses cepalinas” (Silva, 2010: 7), e apresentava-se direcionada “a industrialização vide o modelo de substituição de importações, assim como a ampla participação do Estado na correção de desequilíbrios estruturais e na eliminação dos pontos de estrangulamento do crescimento” (Silva, 2010: 7).

Ainda sobre as características do desenvolvimentismo, Fonseca (2004: 226) aponta para a existência de um

“núcleo duro” que o caracteriza em suas várias manifestações concretas, como a defesa: a) da industrialização; b) do intervencionismo pró-crescimento; e c) do nacionalismo, embora este deva ser entendido num sentido muito amplo, que vai desde

a simples retórica ufanista conservadora até propostas radicais de rompimento unilateral com o capital estrangeiro.

O autor observa também que a prática destes elementos no modelo de desenvolvimento brasileiro, através de sua associação, apresentou-se além de apenas um núcleo ideológico concatenado e estruturado. Desta forma, “o desenvolvimentismo, tal como tomou vulto no Brasil e na maior parte dos países latino-americanos, ia além de um simples ideário, mas emergiu como um *guia de ação* voltado a sugerir ou justificar ações governamentais conscientes” (Fonseca, 2004: 227, grifo do autor).

De acordo com tal corrente de pensamento, a industrialização apresentava-se como única oportunidade para romper as limitações da condição de subdesenvolvimento, “desta maneira, tanto se animavam com inversões estatais em setores que consideravam estratégicos, sobretudo os de infraestrutura, quanto com os investimentos estrangeiros em setores não alcançáveis pelo capital nacional” (Silva, 2010: 8).

Neste sentido, Fonseca (2004: 227, grifo do autor) propõe também a inclusão do positivismo como mais uma corrente de ideias que antecede ao desenvolvimentismo, e observa que “o desenvolvimentismo não é apenas palavra de ordem a mais, mas o *elo que unifica e dá sentido a toda a ação do governo*, ao legitimar a ampliação de sua esfera nos mais diferentes campos, além da economia propriamente dita”.

Corroborando com esta percepção, Mattei (2012: 33) observa que “esta construção criou no imaginário social a ideologia do país potência,

cujo ideário teve fôlego até se esvaír com a crise generalizada do início dos anos de 1980”. Desta forma, o desenvolvimento se colocaria em nível utópico, acima do estágio atual atrasado e desigual, que possibilitaria patamar mais elevado de felicidade e convívio social. Entretanto este somente poderia se dar através da atuação do Estado, ator que “materializa por excelência a racionalidade burocrática e política” (Fonseca, 2004: 228).

Entretanto, nas últimas décadas do século xx, Hermet (2002: 44, grifo nosso) observa que “a postura neoliberal se opõe, sem qualquer dissimulação, ao dirigismo tradicional do Estado latino-americano (entre eles o Estado brasileiro), à manutenção de um exuberante setor industrial e bancário nacionalizado, à proliferação de funcionários e ao laxismo monetário”. Desta forma, o autor conclui que “as privatizações, a liberação do comércio, a livre circulação dos capitais, a supressão das barreiras protecionistas e das rendas de situação industriais ou sindicais, constituem, nesse projeto, imperativos que não se pode eludir” (Hermet, 2002: 44).

É relevante também observar que a limitação da ação do Estado frente ao capital internacional já questionada, foi direcionada, nos anos 80, para o pagamento da dívida externa dos países dependentes e consequente crescimento da dívida interna, e ao fortalecimento de suas moedas em contraposição a forte queda dos juros internacionalmente, além dos processos de privatização ocorridos no decorrer dos anos 90 (Dos Santos, 2000).

Neste sentido observa-se que

o processo de ajuste estrutural na América Latina levou ao enfraquecimento dos Estados latino-americanos, que repassaram seus recursos para o sistema econômico mundial enquanto criaram uma gigantesca dívida interna para cujos pagamentos continuam a ser transferidos enormes recursos, com o pagamento pelo Estado de altíssimas taxas de juros (Dos Santos, 2000: 110).

Entretanto, como observa Mattei (2012: 33), no Brasil o debate sobre desenvolvimento foi retomado, no início do século XXI, “considerando-se alguns aspectos fundamentais que deveriam fazer parte de um novo projeto nacional desenvolvimentista”. Entretanto, como também é observado pelo autor, “os tempos mudaram e os desafios atuais são de natureza distinta. Seria sobre estas questões que os ‘novos desenvolvimentistas’ estão construindo uma agenda de debates e um conjunto de proposições” (Mattei, 2012: 33).

Também Misoczky (2011) observa que na primeira década do século XXI, as políticas neoliberais teriam sido substituídas por uma nova onda desenvolvimentista.

O termo “novo desenvolvimentismo” é cunhado por Bresser-Pereira (2004), a partir do entendimento do autor da necessidade de pensar em uma nova alternativa para o desenvolvimento neoliberal.

Sobre tal aspecto Sicsú *et al.* (2005: xl) observam “a alternativa novo-desenvolvimentista aos males do capitalismo é a constituição de um Estado capaz de regular a economia – que deve ser constituída de um mercado forte e um sistema financeiro funcional”.

Também Mattei (2012: 35) aponta que “na estratégia ‘novo desenvolvimentismo’ o Estado continua tendo papel de destaque, porém com funções distintas daquelas exercidas no período anterior”. As principais funções do Estado estariam associadas, portanto, a

- a) ter capacidade para regular a economia, estimulando um mercado forte e um sistema financeiro a serviço do desenvolvimento e não das atividades especulativas; b) fazer a gestão pública com eficiência e responsabilidade perante a sociedade; c) implementar políticas macroeconômicas defensivas e em favor do crescimento; d) adotar políticas que estimulem a competitividade industrial e melhorem a inserção do país no comércio internacional; e) adotar um sistema tributário progressivo, visando reduzir as desigualdades de renda (Mattei, 2012: 35).

De acordo com o ideal do novo desenvolvimentismo “somente o crescimento econômico a taxas elevadas e continuadas pode minorar o problema da desigualdade na economia brasileira. Contudo ela é condição necessária, mas não suficiente” (Sicsú *et al.*, 2005: 1).

Sobre tal questão, Misoczky (2011) complementa observando que tal movimento se apresentaria, de certa forma, como um retorno do ideal desenvolvimentista implementado durante boa parte do século XX. Entretanto, Mattei (2012) ressalva que, assim como no passado, o fato de se obter crescimento econômico não é garantia de atingir também melhores condições sociais, mesmo que, especialmente em relação à questão social seja possível mensurar algum ganho.

Com base na análise de alguns indicadores

econômico-sociais, como inflação, PIB, taxa de crescimento do emprego formal, renda familiar per capita, coletados desde o início do século XXI, Mattei (2012) apresenta o ponto de vista de que o novo desenvolvimentismo já estaria sendo praticado pelos governantes brasileiros, especialmente a partir do primeiro mandato presidencial do Governo Lula.

A atuação do Estado brasileiro, portanto, coloca-se em posição fundamental (com maior ou menor autonomia) para definição do modelo de desenvolvimento praticado no país, tanto através do incentivo à industrialização, quanto em relação à forma de ocupação do solo e da estrutura de transportes implantada, entre outras. Esta relação se dá de diversas formas, mas também na formulação de legislação específica e fiscalização, mas principalmente na forma de subsídios, investimentos diretos e concessões públicas (Nunes, 2011; Aragão *et al.*, 2001; Maricato, 2008).

O processo de urbanização brasileiro

Pode-se apontar que o fato histórico mais aceito quanto ao nascimento e expansão das cidades relaciona-se ao fato de que “a produtividade agregada à sociedade tem que ser suficiente para sustentar a parte não produtiva da população” (Harvey, 1980: 197).

O renascimento das cidades, através da ascensão da burguesia, associa-se a estas questões em sua origem. O deslocamento de parte da população rural para as cidades, além de proporcionar a expansão das novas forças produtivas, marcou também a intensificação do processo de divisão social do trabalho,

alterando profundamente as relações de trabalho. Como observa Singer (1998: 16):

com a expansão da manufatura, cuja extensa divisão do trabalho tendia a desmembrar os antigos ofícios, reduzindo-os a uma miríade de funções especializadas e mutuamente dependentes, tornava-se possível empregar homens sem longo aprendizado anterior, que eram adestrados com relativa rapidez no trabalho e que se inseriam no processo produtivo apenas como assalariados.

Desta forma, é possível compreender que o novo processo de produção, industrial, é necessariamente um fenômeno urbano. No ponto de vista do autor “ela exige, em sua proximidade, a presença de um grande número de trabalhadores” (Singer, 1998: 23).

Harvey (1980: 197) também observa este aspecto apontando que

desde que em economias redistributivas a extração da força de trabalho excedente envolve integração espacial da economia em torno de um centro urbano, isso significa que uma população mais próxima combinada com facilidade de comunicação torna possível extrair grandes quantidades de força de trabalho excedente total com menos esforço.

Entretanto, Singer (1998: 26) ressalva que “os países que chegaram tarde ao cenário industrial tendem a sofrer todo esse processo de mudança em sua estrutura social, econômica e ecológica de uma forma concentrada”. Diversos destes países, denominados de industrialização tardia, não tiveram oportunidade e tempo para vivenciar a fase da economia manufatureira, e mesmo

os países onde ela começou a se desenvolver “viram-no ser exterminado pelas forças de penetração, inicialmente político-militares e depois econômicas, dos países onde já dominava a grande indústria” (Singer, 1998: 26).

Sobre esta questão, Santos (1979), observa que estes países, de fato, vivenciaram diferente processo de urbanização. Ao se referir aos processos de urbanização modernos, realizados especialmente nos países considerados “atrasados”, Santos (1979: 72) observa que “as necessidades são satisfeitas *com* ou *sem* a existência de um excedente”. O autor complementa observando que “o fenômeno da cidade local acha-se, pois, ligado às transformações do modelo de consumo no mundo, sob o impacto da modernização tecnológica, da mesma forma que as metrópoles são resultado dos novos modelos de produção” (Santos, 1979: 72).

O processo de urbanização na sociedade brasileira se desenrola a partir da década de 1930, sendo intensificado na década de 1950, atrelado ao acelerado processo de industrialização, e já na década de 1970 o Brasil já apresentava população urbana superior à rural (Brito, 2005). Sua velocidade chama a atenção dos estudiosos, pois, como observa Brito (2005: 49) “somente na segunda metade do século 20, a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões, multiplicando-se 7,3 vezes, com uma taxa anual de crescimento de 4,1%”.

Desta forma, a partir dos efeitos decorrentes da urbanização moderna nos primeiros países a vivenciar o processo de industrialização, “somos tentados a estabelecer a mesma correlação entre industrialização e urbanização, tanto para os países subdesenvolvidos como para os

desenvolvidos” (Santos, 1982: 15). Entretanto, de forma contrária ao que se imaginava inicialmente, nos países denominados subdesenvolvidos “o universo urbano não superou algumas características dos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei” (Maricato, 2003: 151).

O primeiro aspecto apontado por Santos (1982) refere-se ao forte crescimento natural apresentado pelas populações dos países denominados subdesenvolvidos, também classificados como de industrialização tardia. Para o autor alguns aspectos justificam esta ocorrência, entre elas o fato de que os “países subdesenvolvidos puderam beneficiar-se – e de uma forma muito rápida – do conjunto dos progressos médicos pacientemente realizados nos países desenvolvidos” (Santos, 1982: 33), pois o avanço da medicina teria se dado de forma quase concomitante ao processo de urbanização dos países subdesenvolvidos. Tal evolução técnica teria possibilitado a redução das taxas de mortalidade, a índices inferiores até mesmo às taxas apresentadas pelos países desenvolvidos no fim do século XIX. Observa-se que o outro aspecto associa-se ao fato de que a redução das taxas de mortalidade não foram acompanhadas, como nos países industrializados Europeus, pela redução das taxas de natalidade (Santos, 1982).

O segundo aspecto abordado refere-se ao conjunto e orientação das atividades urbanas. A respeito das cidades manufatureiras dos países desenvolvidos o autor observa que “a função do comércio, nesse contexto, tem a ver com a

importação de matérias-primas e a exportação de produtos manufaturados” (Santos, 1982: 58). De forma diferente “as cidades dos países subdesenvolvidos vinculam-se principalmente ao desenvolvimento de atividades artesanais, comerciais e, por vezes, agrícolas” (Santos, 1982:58). A função do comércio nestas cidades apresenta características opostas ao das cidades dos países industrializados, voltando-se especialmente para a “exportação de matérias-primas e importação de produtos manufaturados” (Santos, 1982: 58).

Como terceiro aspecto para ressaltar as diferenças no processo de urbanização, Santos (1982: 59) observa que “nos países subdesenvolvidos, as cidades nasceram ou foram inseridas em um contexto de urbanização industrial”. Tal questão apresenta profundas transformações na forma com se dá a urbanização nos países subdesenvolvidos, pois “em primeiro lugar, certas atividades ligadas à eletricidade, à mecânica, à gráfica, ao petróleo acham-se presentes desde o início, nas cidades dos países subdesenvolvidos (...)” (Santos, 1982: 59). Uma das consequências deste fato é que “os serviços voltados para os transportes e a circulação (e ligados às possibilidades abertas pelo petróleo) vêm impulsionar estas atividades e participar do seu desenvolvimento” (Santos, 1982: 59).

O quarto aspecto de diferenciação dos processos de urbanização refere-se a estrutura das organizações. Sob tal questão, Santos (1982: 60) observa que

nas cidades dos países desenvolvidos no XIX predominavam sobretudo fábricas de pequeno porte ou de tamanho relativamente

reduzido, enquanto que nas cidades dos países subdesenvolvidos de nossos dias encontramos com frequência fábricas de grande porte situadas lado a lado com pequenas empresas de caráter não raro artesanal.

Tal questão refere-se ao fato de que o processo de industrialização, e consequente urbanização, realizado pelos países subdesenvolvidos ocorrem posteriormente à consolidação do capitalismo monopolista e a formação das primeiras corporações multinacionais. Estas organizações terão papel preponderante no desenvolvimento do mercado interno dos países subdesenvolvidos, ocasionando desta forma grandes dificuldades para manutenção e desenvolvimento do pequeno e médio capital burguês local (Marini, 2005; Dos Santos, 2000).

A estrutura do emprego apresenta-se como quinto aspecto apontado por Santos (1982) para tal diferenciação. Enquanto “o que caracteriza as cidades dos países desenvolvidos é a importância do emprego industrial” (Santos, 1982: 64), em relação “as cidades dos países subdesenvolvidos constata-se o fenômeno inverso (...). O emprego no setor secundário é pequeno (...)” (Santos, 1982: 65).

Esta questão se apresenta como decorrência do avanço tecnológico vivenciado pelas organizações industriais, que passaram a necessitar cada vez menos de mão de obra para operacionalizar suas atividades. Desta forma ocorre o deslocamento desta mão de obra para o setor terciário da economia dos países subdesenvolvidos (Santos, 1982).

O maior problema associado a este deslocamento refere-se ao fato do setor terciário

dos países subdesenvolvidos não possuírem dimensão suficiente para absorção de todos estes profissionais, além do fato da baixa qualificação desta mão de obra, causando o chamado “inchaço” no setor terciário. Este se apresenta como causa para o grande volume de pessoas alocadas em subempregos nas cidades dos países de industrialização tardia (Santos, 1982: 74).

A dificuldade em alocar estes profissionais no setor secundário determina também a forma de atuação do Estado. Tal fato é abordado por Santos (1982: 69) quando este observa que “a parte dos gastos administrativos assume crescente importância nos países subdesenvolvidos”, e de forma complementar observa que “o crescimento dos efetivos do serviço público foi muito mais lento nos países industrializados do que nos subdesenvolvidos” (Santos, 1982: 70).

Diante de um processo desordenado e desequilibrado, destaca-se o papel da infraestrutura dos transportes. Tal questão se relaciona a afirmação de que “não podem ser olvidadas as relações entre o transporte e o desenvolvimento geral da sociedade, nos planos político-econômico, social, tecnológico, cultural e geográfico” (Aragão *et al.*, 2001: 95).

Corroborando com esta observação, Silva *et al.* (2004: 1291), ressaltam que “as políticas de transporte urbano, certamente, constituem um instrumento para apoiar o gerenciamento do crescimento urbano e uma melhor distribuição de riqueza”.

Enquanto que, nos países considerados desenvolvidos, a evolução dos transportes não negligenciou territórios e proporcionou a transformação da economia de regiões

inteiras, nos países subdesenvolvidos não se verificou uma criação local e própria dos meios de transporte, mas sim atrelada aos capitais e interesses das indústrias dos países industrializados. Em outras palavras, o que se percebe é que o desenvolvimento da malha de transportes e suas alternativas estiveram atrelados às necessidades de uma indústria internacional e não da população local (Santos, 1982; Nunes, 2011).

Neste sentido, observa-se que o desenvolvimento da infraestrutura de transportes no Brasil “não se entende apenas a partir dos acontecimentos no país, ele se insere, muito mais, em todo um processo internacional de mudanças econômicas, técnicas e políticas” (Aragão *et al.*, 2001: 95).

Tal percepção estaria relacionada ao aspecto patrimonialista da sociedade brasileira, que, de acordo com a autora, “além de ser condição para concentração de poder o patrimonialismo explica ainda a captura da esfera pública por interesses privados” (Maricato, 2006: 211). Outro aspecto refere-se ao fato de que “há uma forte disputa pelos investimentos públicos no contexto de uma sociedade profundamente desigual e historicamente marcada pelo privilégio e pela privatização da esfera pública” (Maricato, 2013: 25).

Desta forma, a limitada expansão da malha de transportes traz pesadas consequências para o desenvolvimento da maior parte das regiões do país, e configura-se como um fator que perpetua o atraso, a partir do ponto de vista do desenvolvimento industrial do Brasil. Desta forma, compreende-se que o modelo de expansão dos transportes adotado pelo

Estado brasileiro impactou de forma crucial no desenvolvimento urbano do país, entre outras questões, por inviabilizar a constituição de cidades médias e pequenas, tendendo a uma concentração populacional em grandes cidades. Santos (1982:109) as classifica “cidades primaciais”, e em sua definição observa que “trata-se do monopólio exercido por uma cidade sobre os processos essenciais do crescimento urbano e a amplificação deste movimento a um ritmo cada vez mais acelerado”. De forma complementar o autor aponta que “o peso desta cidade, chamada primacial, cresce então geometricamente e, desta forma, pesa cada vez mais sobre os outros organismos urbanos” (Santos, 1982: 109).

Também Brito (2005: 49) observa para tal desequilíbrio. Na opinião do autor

o intenso crescimento da economia urbano-industrial – que se deu depois do Plano de Metas e se estendeu até o final dos anos 70 – foi, do ponto de vista espacial e social, extremamente desequilibrado. Muito concentrado no Estado do Rio de Janeiro e, mais ainda, em São Paulo, o desenvolvimento da economia ampliou os desequilíbrios regionais, inclusive entre cidade e campo, uma vez que este não conseguia gerar o número de empregos que atendesse ao crescimento de sua força de trabalho.

Também “a desproporção dos pesos dos organismos urbanos e a defasagem entre os ritmos de crescimento implicam um desequilíbrio geral da urbanização” (Santos, 1982: 111). Tal fato ocasiona impacto ao crescimento das cidades não “primaciais”, decorrente da falta de infraestrutura para atrair

e receber plantas industriais de forma rentável. Outra questão que gera esta desigualdade relaciona-se ao fato de que as maiores cidades ainda concentrarão também a distribuição da produção (Santos, 1982).

Desta forma, compreende-se que é por meio da possibilidade de deslocamento de recursos econômicos e mobilidade das pessoas que se constitui o equilíbrio entre as diferentes cidades nos países considerados desenvolvidos. Portanto, o principal obstáculo à popularização deste desenvolvimento refere-se ao fato de que “estes dois reguladores inexistem nos países subdesenvolvidos” (Santos, 1982: 123).

Como principal consequência destes aspectos identifica-se a profunda disparidade de renda e desigualdade social, apresentadas pelas populações destas diferentes cidades (Santos, 1982), ou como observa Maricato (2003: 153) “a produção do ambiente construído e, em especial do ambiente urbano, escancara a simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso”.

Críticas e alternativas ao modelo tradicional de desenvolvimento

A promessa de bem-estar social da humanidade, decorrente do progresso técnico e científico, direcionado pelo viés econômico dado ao desenvolvimento, não se concretizou. A exclusão social se aprofundou e se alastrou ainda mais, pois o avanço tecnológico propiciado pela ciência fez com que os ricos deixassem de depender dos pobres para gerar suas riquezas. Tais questões ajudam a compreender que não se pode associar somente o crescimento

econômico à ideia de desenvolvimento da sociedade, mas deve-se observar outras questões como o meio-ambiente, a paz, a justiça e a democracia (Sachs, 1995).

Neste sentido, Goulart e Vieira (2003: 104) observam que

o panorama sob o qual se emerge o debate sobre modelos de desenvolvimento é marcado pelo questionamento à ideia, posta pelos economistas clássicos e neoclássicos, baseada na utilização e na taxa de crescimento dos fatores de produção (capital, trabalho, recursos naturais e tecnologia).

Na opinião dos autores tal questão se faz necessária em decorrência do “aprofundamento das disparidades entre os países centrais e periféricos” (Goulart & Vieira, 2003: 104), resultado contrário daquele propagado desde o início da implantação deste modelo e dos ideais sob sua orientação.

De acordo com Brasileiro (1982), as críticas ao modelo de desenvolvimento praticado desde o século XIX, identificadas posteriormente como decorrentes do modo de produção capitalista, começam a ser questionadas a partir das décadas de 1960 e 1970. Entretanto, a imensa maioria da literatura da década de 1970, a respeito da temática de desenvolvimento, ainda representava a noção “segundo a qual o *desenvolvimento econômico*, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução, pode ser universalizado” (Furtado, 1974: 16, grifo do autor).

Sua crítica a este aspecto se justifica através da correlação entre o consumo das sociedades classificadas como desenvolvidas,

frente ao consumo das sociedades então consideradas subdesenvolvidas. Sobre este ponto o autor questiona: “O que acontecerá se o *desenvolvimento econômico*, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chega efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos países ricos chegam efetivamente a universalizar-se?” (Furtado, 1974: 19, grifo do autor). A resposta, na visão do autor, relaciona-se com profunda pressão sobre os recursos naturais não renováveis e o agravante despejo de poluentes no meio-ambiente, levando ao colapso o sistema econômico mundial.

Outro aspecto observado por Furtado (1974) refere-se ao fato de que o próprio parâmetro para constatação do desenvolvimento ou subdesenvolvimento de um país ou sociedade está associado a uma determinação dos países ricos ou centrais, apoiada no “grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e o grau de acesso à panóplia de bens finais que caracterizam o que se convencionou chamar de estilo de vida moderno” (Furtado, 1974: 22).

Hermet (2002: 23) parece concordar com tal ponto de vista quando afirma que “a modernização procede de uma imitação de modelos importados que não envolvem necessária e mecanicamente a transformação de papéis sociais e chega a ser superficial, ligada a valores antigos que persistem sob um verniz artificial”.

Por fim, como aponta Furtado (1974: 68):

se deixarmos de lado as conjecturas e nos limitamos a observar o quadro estrutural presente do sistema capitalista, vemos que o processo de acumulação tende a ampliar o fosso entre um centro, em crescente homogeneização, e uma constelação

de economias periféricas, cujas disparidades continuam a agravar-se.

Sobre este aspecto Misoczky (2011) entende que a renovação proposta sobre o mito do desenvolvimento estaria sendo também confrontada, epistemologicamente, com a resignificação das tradições, que estaria sendo vivenciada nos países periféricos.

Mattei (2012: 32), mais recentemente, observa que

há mais de duas décadas o modo de produção capitalista está em crise. Tal fato se apresenta de diferentes maneiras e em distintos locais, recebendo, inclusive, denominações indevidas. Tal fenômeno tem provocado impactos sobre os rumos do desenvolvimento em diversas regiões do planeta, recolocando na ordem do dia a necessidade de se rediscutir o atual padrão de desenvolvimento mundial.

Importante ressaltar, entretanto que “o desenvolvimento continua a existir, desde que não o consideremos unicamente na vaga abstração dos agregados estatísticos mundiais ou regionais” (Hermet, 2002: 18). Ao invés disso o autor nos orienta que “o busquemos no labirinto de seus procedimentos e suas metamorfoses” (Hermet, 2002: 18).

A respeito de uma nova definição para o conceito de desenvolvimento Hermet (2002: 20) defende que

o conceito de desenvolvimento é o processo de mudança em virtude do qual uma coletividade tem acesso em conjunto a um bem-estar maior,

chegando a extrair de seu próprio meio, à custa de uma abertura ao exterior, todos os recursos que contém e que permaneciam até então pouco utilizados ou sem explorar.

Na visão do autor, este conceito relaciona-se com a ideia de que o desenvolvimento não deve ser direcionado primordialmente para o crescimento econômico, mesmo considerando a relevância deste aspecto para atingir esta condição de maior “bem-estar”. As consequências diretas desta interpretação associam a outras três classificações que ajudam a definir o que desenvolvimento não é (Hermet, 2002).

Em primeiro lugar refere-se ao fato de não associar o conceito de desenvolvimento ao de desenvolvimentismo, praticado por estadistas da América Latina entre as décadas de 1950 e 1960. Tal fato se deve especialmente à orientação do desenvolvimentismo ao modelo de substituição de importações, constituindo-se assim por práticas e estratégias econômicas associadas a “uma corrente cosmopolita favorável aos investimentos estrangeiros e de uma corrente nacionalista que privilegiava o papel de um Estado forte” (Hermet, 2002: 22).

A segunda associa-se a ideia de que “o desenvolvimento não se reduz à teoria da ‘decolagem econômica’ (*take off*) enunciada por Rostow” (Hermet, 2002: 22, grifo do autor), abordada anteriormente.

Por fim, sendo um aspecto já mencionado como crítica ao modelo tradicional de desenvolvimento, o autor chama atenção para o fato de que “o desenvolvimento não é sinônimo de modernização das sociedades, embora os

dois fenômenos coincidam parcialmente” (Hermet, 2002: 22).

Assim, a respeito das alternativas ao modelo de desenvolvimento direcionado primordialmente para sua vertente econômica, Hermet (2002:16) aponta que “desenvolvimento e mudança são sinônimos, e ambos se expõem ao fracasso ou a quebrantar o dinamismo do meio em questão se não se integram em seu universo mental e social”.

Corroborado com tal ponto de vista, Dos Santos (2000: 112) afirma que “o mundo do século XXI rediscutirá a questão do desenvolvimento dentro de princípios muito mais amplos e complexos”. Esta se daria especialmente

pela apropriação de um conhecimento e uma ação econômica intensiva, cada vez mais qualitativa, promovida pela revolução científico-técnica, que é o fundamento das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais vividas pelo mundo depois da Segunda Guerra Mundial (Dos Santos, 2000: 112).

Por fim, parece relevante observar a complexidade, ainda atual, do conceito de desenvolvimento. Como observam Goulart *et al.* (2010: 391) o termo “é abordado de forma multidimensional, ou seja, recusando-se o viés estritamente econômico, sendo visto também na sua dimensão social, política, humana, cultural e ambiental”.

De forma parecida Heidemann (2010: 27) observa que “é longa a lista dos adjetivos empregados para descrever o desenvolvimento desejado e desejável: político, econômico,

social, tecnológico, sustentável, justo, inclusivo, humano, harmônico, cultural, material, etc.”

Ainda a respeito de uma nova concepção sobre desenvolvimento, o autor afirma que “o desenvolvimento só se torna efetivo e digno desse nome se modificar as hierarquias e os papéis, e o faz apoiando-se suficientemente em uma dinâmica interna capaz de gerar mobilização tanto produtiva quanto moral da população em questão” (Hermet, 2002: 23).

As “Jornadas de Junho”

Certamente, aquelas 2 mil pessoas que participavam da manifestação organizada pelo Movimento Passa Livre (MPL), em 06 de junho de 2013, não imaginavam as repercussões nacionais, decorrentes em um primeiro momento, da brutal repressão por parte da polícia. De fato, apenas 11 dias após esta mobilização, as manifestações já ocorriam em praticamente todas as capitais brasileiras, chegando ao número espantoso de, “em 20 de junho, quase 400 cidades, incluindo 22 capitais, saíram em manifestações e passeatas” (Antunes, 2013: 37), mobilizando, no total, “mais de 2 milhões de manifestantes no conjunto do país” (Antunes, 2013:38).

Pode-se afirmar que não somente tais manifestantes foram surpreendidos com tal reação popular. Como observa Vainer (2013: 35) “governantes, políticos de todos os partidos, imprensa, cronistas políticos e até mesmo cientistas sociais foram pegos de surpresa pelas manifestações de massa que mudaram a face e o cotidiano de nossas cidades em junho”.

Sua motivação, inicialmente associada apenas ao aumento da passagem de transporte coletivo em R\$ 0,20 na cidade de São Paulo, não parecia justificar de forma clara tamanha mobilização social, tomando os “quatro cantos” do país. Tal questão parecia ainda mais complexa a partir da perspectiva de crescimento e estabilidade econômica, diminuição do desemprego, controle da inflação e consumo ascendente mesmo das classes menos abastadas (inclusive de bens duráveis). Observou-se ainda que, da mesma forma que as manifestações aumentaram em tamanho e distribuição, “emergiram uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos”, apontando que o problema apresenta-se mais complexo e amplo que apenas seu motivo original (Rolnick, 2013: 8).

É a partir desta perspectiva de complexidade que Antunes (2013: 40), observa que “trata-se de movimentos polimorfos, multidiferenciados (...). São movimentos muito heterogêneos, polissêmicos e até mesmo policlassistas”. Para tanto, o autor aponta quatro aspectos que lhe parecem centrais sobre a questão.

O primeiro ponto faz referência a aspectos e decisões políticas tomadas internamente no país. Faz-se referência ao avanço do ideal neoliberal e financista na país, ocasionando ondas de privatização, foco no superávit primário e desregulamentação dos capitais. Sobre tal questão, observa-se que “a população não suporta mais o transporte privatizado, a saúde precarizada, degradada (e também privatizada em parte), o ensino público profundamente degradado e abandonado” (Antunes, 2013: 38).

O segundo aspecto ressaltado alinha-se ao primeiro no sentido do favorecimento ao capital hegemônico, tanto nacional quanto internacional, do excesso e descontrole nos gastos públicos na construção dos estádios para realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de Futebol, e mesmo da prioridade destes gastos diante das graves mazelas que a população vivencia em áreas como saúde, educação e transporte coletivo. Como observa Antunes (2013: 38), “a população percebeu que estádios de primeiro mundo o Brasil faz; enquanto isso, já no entorno dos estádios, a população é excluída”.

O terceiro aspecto relaciona-se com aspectos externos ao país, especialmente a mobilizações e manifestações realizadas em diferentes países e regiões do planeta, especialmente a partir da crise financeira de 2008. Desta forma, observa que “desde 2008 vemos que todas as manifestações de massa (...) que têm como traço comum a ocupação do espaço público, das ruas e praças” (Antunes, 2013: 39).

Ainda assim, conforme observa Maricato (2013: 19), “no Brasil é impossível dissociar as principais razões, objetivas e subjetivas desses protestos, da condição das cidades”. Sobre tal questão, Rolnick (2013: 9) observa que

a questão urbana e, particularmente, a agenda da reforma urbana, constitutiva da pauta das lutas sociais e fragilmente experimentada em esferas municipais nos anos 1980 e início dos anos 1990, foram abandonadas pelo poder político dominante no país, em todas as esferas.

Faz-se necessário ressaltar que, mesmo diante da dificuldade de avaliar e medir os (possíveis) impactos e relevância do agigantamento das mobilizações em aspectos mais relevantes que somente a redução ou cancelamento dos aumentos das passagens dos transportes coletivos em algumas cidades brasileiras, certamente “o país não será mais o mesmo depois dos levantes populares de junho de 2013” (Antunes, 2013: 46).

Sobre tal aspecto, Rolnick (2013: 8) observa de forma relevante que

o direito de ter direitos, que alimentou as lutas dos anos 1970 e 1980 e inspirou a Constituição e a emergência de novos atores no cenário político, parecia esvanecido no contexto da formação de uma espécie de hibridismo de Estado, desenvolvimentista e neoliberal, com uma cultura política e um modelo político-eleitoral herdados da ditadura.

De forma conclusiva, vale observar o ponto de vista de Rolnick (2013: 8) de que “podemos pensar essas manifestações como um terremoto (...), que perturbou a ordem do país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos”, ou como observa Antunes (2013: 46), “vejo como positivo porque tudo o que é sólido está começando a se desmanchar”.

CONCLUSÕES

As manifestações populares, realizadas em junho de 2013, representaram uma surpresa

para boa parte da sociedade brasileira. Não se esperava por ações sociais destas proporções justamente no momento em que o país passava por um período de prosperidade e diminuição da pobreza. Inicialmente associadas ao aumento de R\$ 0,20 na passagem de uma parcela do transporte coletivo da cidade de São Paulo, tais mobilizações demonstraram, prioritariamente, profunda insatisfação popular aos diversos aspectos degradantes vivenciados pelas populações da maior parte das cidades brasileiras, além da incapacidade do Estado em solucionar tais questões, que se arrastam por décadas. Entretanto, faz-se necessário ressaltar que tais mazelas urbanas estariam profundamente relacionadas ao modelo de desenvolvimento e, consequentemente de urbanização, praticado efetivamente no Brasil desde a primeira metade do século XX (Zizek, 2013; Sakamoto, 2013; Furtado, 1980; Heidman, 2010).

Sobre este aspecto observa-se que o modelo de desenvolvimento praticado no Brasil foi pautado, primeiramente, pela repetição das ações dos países industrializados, chamados desenvolvidos, e, em segundo lugar, por meio da aceitação os modelos e práticas determinados por estes mesmos países. Tal modelo é orientado pela perspectiva de que era urgente ascender ao modelo de sociedade pregado pelos países apontados como o auge da civilização (Furtado, 1980; Heidemann, 2010; Dos Santos, 2000).

É neste contexto que se estabelece o ideal desenvolvimentista no Brasil. Sua prática, centralizada nas ações e decisões do Estado, através dos governantes, fundamentou-se

prioritariamente por meio da industrialização como modelo para acumulação de capitais, urbanização da população e promoção de evolução técnica. Este processo, entretanto, foi orientado a partir das necessidades e interesses das classes hegemônicas locais e, principalmente, do capital internacional. Tal aspecto teria minimizado intensamente o poder de transformação e equalização social destas transformações (Dos Santos, 2000; Marini, 2005).

Consequência direta desta política desenvolvimentista, o processo de urbanização brasileiro ocorre de forma extremamente ágil e concentrado em poucas cidades, ocasionando também o processo de metropolização. Ao mesmo tempo, contrariamente ao ocorrido nos países considerados desenvolvidos, o deslocamento da população rural para a cidade não se configurou em uma nova classe operária, com maior acesso à recursos e formação. Ao contrário, o que se observou foi a falta de posições de trabalho, com o deslocamento destes trabalhadores para o mercado informal (notadamente o setor terciário), ocupações irregulares nas periferias das grandes metrópoles e a ausência na oferta dos serviços públicos, mesmo os essenciais (Santos, 1982; Brito, 2005; Maricato, 2003).

Em contraposição, também caracterizam o desenvolvimento das cidades brasileiras a concentração cada vez maior de poder, terras e, consequentemente, má distribuição de renda, além da prática patrimonialista das instituições públicas e das leis, pelas classes hegemônicas. Desta forma, a constituição da população urbana brasileira se apresentaria como prosseguimento

das práticas coloniais e imperiais. (Santos, 1982; Maricato, 2003; 2006; 2013).

Tal aspecto relaciona-se também à implantação da infraestrutura de transportes no Brasil, orientada a partir dos interesses das elites. Esta questão apresenta-se de fundamental importância para circulação de mercadorias, serviços e indivíduos, possibilitando às diferentes cidades e regiões a criação de produtos e a realização de trocas comerciais. De forma contrária, a estrutura logística brasileira apresenta-se concentrada em poucas cidades, ocasionando à estas o privilégio de concentrar recursos, ocasionando, assim, grandes desequilíbrios regionais. (Santos, 1982; Aragão *et al.*, 2001; Maricato, 2003, Silva *et al.*, 2004; Nunes, 2011).

Apresentadas estas questões, observa-se que este ensaio teórico teve como principal objetivo propor uma relação entre os problemas vivenciados pela população urbana brasileira e os modelos de desenvolvimento praticados pelo Estado.

Apesar das observações de Brasileiro (1982), Sachs (1995) e, Goulart e Vieira (2003) de que a proposta Moderna de desenvolvimento, direcionada ao crescimento econômico não proporcionou a melhoria de vida da população como prometido, com base nos apontamentos apresentados pode-se inferir que o atual estágio crítico vivenciado pelas populações urbanas, ao menos das maiores cidades brasileiras, não se apresenta unicamente como consequência de um modelo de desenvolvimento, prioritariamente voltado para o crescimento econômico.

A questão se apresentaria de forma extremamente complexa, envolvendo também

decisões centralizadas no Estado (através dos seus governantes), viabilizando um modelo híbrido de desenvolvimento. Tal modelo apresentar-se-ia como reprodução parcial das práticas adotadas pelos países desenvolvidos, na busca por avanço técnico e crescimento financeiro (Furtado, 1974; Hermet, 2002; Heidemann, 2010), mas também teria sofrido profunda influência dos interesses e objetivos das elites locais, bem como do capital internacional, nas decisões governamentais (Aragão *et al.*, 2001; Nunes, 2011; Maricato, 2013).

Observa-se desta forma, profundo comprometimento dos governantes, em diferentes épocas, com os interesses dos grupos hegemônicos locais ou estrangeiros, contrariamente ao compromisso com um projeto nacional, orientado a proporcionar melhoria nas condições de vida da população.

A solução para estas questões pode se configurar por meio das críticas e alternativas ao modelo de desenvolvimento. Talvez a principal questão a ser observada, especialmente pelos cidadãos, se relacione a desvincular o conceito de desenvolvimento de sua orientação prioritariamente econômica. Este, ao contrário, apresentar-se-ia mais adequado se moldado a partir de princípios mais abrangentes. Sobre tal questão, parece fundamental que a nova definição seja orientada aos entendimentos e necessidades de cada sociedade, ou seja, que sejam determinados a partir de sua cultura e expectativas, e não por imposições elitistas ou externas a ela. (Dos Santos, 2000; Hermet, 2002; Goulart *et al.*, 2010; Heidemann, 2010; Misoczky, 2011).

Há de se considerar que provavelmente este processo de mudança não acontecerá da mesma forma como as decisões sobre o modelo

de desenvolvimento adotado no passado, ou seja, a partir de um Estado centralizador, único dono da decisão final e impondo sua vontade.

As mobilizações populares realizadas em junho de 2013 no Brasil, parecem demonstrar que esta seja uma alternativa de atuação política geradora de transformações sociais, possibilitando o rompimento com estruturas sociais arcaicas e ultrapassadas, adequando o modelo de desenvolvimento às necessidades e interesses da população, regionalmente e nacionalmente. Tal questão, certamente, só será respondida no futuro, mas os movimentos populares de rua parecem ter sido instaurados novamente na sociedade brasileira.

O caminho para efetiva transformação, entretanto, parece não se apresentar totalmente pacífico ou concretizado. Ao contrário, como observa Rolnick (2013), os grupos hegemônicos ainda se utilizam da força do Estado, por meio de reações violentas e moldando as leis de acordo com seus interesses. Sobre tal aspecto, parece relevante observar que “o direito à cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político” (Harvey; 2013: 34).

Por este motivo, compreende-se que este é um estudo apenas parcial, e, portanto faz-se necessária a realização de outras pesquisas que objetivem acompanhamento e aprofundamento das questões apresentadas e suas correlatas, proporcionando, assim, melhor compreensão sobre as práticas associadas ao desenvolvimento, à utilização do espaço urbano, bem como das mobilizações e seus impactos políticos e sociais.

REFERÊNCIAS

1. Antunes, Ricardo (nov. 2013), “As rebeliões de junho de 2013”, em *OSAL Observatorio Social de América Latina*, año XIV, No. 34, pp. 37-46.
2. Aragão, J. J. G.; Brasileiro, O. L. N. A.; Santos, E. M.; Senna, J. M.; Filho, R. D. O. (nov. 2001), “Transportes no Brasil: que história contar”, em *TRANSPORTES*, Vol.9, No. 2, pp. 87-107.
3. Bielschowsky, Ricardo (out-dez 1989), “Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino”, em *Revista de Economia Política*, Vol.9, No. 4, pp. 38-55.
4. Brasileiro, Ana Maria (1982), “Políticas sociais para áreas urbanas: racionalidade, ciência e progresso”. In: Diniz, Eli (org.); Cintra, A. O.; Brasileiro, A. M.; Azevedo, S. de. *Políticas públicas para áreas urbanas: dilemas e alternativas*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
5. Bresser-Pereira, Luiz C. (2004), “O Novo-Desenvolvimentismo”, *Folha de São Paulo*. Publicado em 19 setembro 2004. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1454>. Acesso em 06/08/2014.
6. Brito, Fausto (2007), “Urbanização, Metropolização e Mobilidade Espacial da População: um breve ensaio além dos números”, em *Taller Nacional sobre “Migración interna y desarrollo em Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas”*, Brasília, DF, Brasil - 2007.
7. Brito, Fausto; Souza, Joseane de (out./nov. 2005), “Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pen-

- dular na reprodução da pobreza”, em *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 19, No. 4, pp. 48-63.
8. Colistete, Renato P. (2001), “O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil”, em *Estudos Avançados*, Vol. 15, No. 41, pp. 21-34.
 9. Dos Santos, Theotônio (2000), *A teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*, Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, cap. 1.
 10. Furtado, Celso (1968), *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
 11. Furtado, Celso (1974), *O mito do desenvolvimento econômico*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S/A.
 12. Furtado Celso (1980), *Pequena Introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*, São Paulo, Ed. Nacional.
 13. Fonseca, Pedro C. D. (2004), “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”, em *Pesquisa & Debate*, SP, Vol.15, No. 2(26), pp. 225-256.
 14. Goulart, Sueli; Vieira, Marcelo M. F. (2003), “Desenvolvimento, poder local e estrutura simbólico-narrativa das universidades”. In: Carvalho, Cristina A. e Vieira, Marcelo M. F. (org.), *Organizações, Cultura e Desenvolvimento Local: a agenda de pesquisa do observatório da realidade organizacional*, Recife, EDUFEPE.
 15. Goulart, Sueli; Vieira, Marcelo M. F.; Costa, Camila Furlan; Knopp, Glauco da Costa (set. 2010), “Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para formação de políticas públicas para o desenvolvimento”, em *Cadernos EBAPE.BR*, Vol.8, No.3, artigo 1, pp.388-403.
 16. Junqueira, Rodrigo G. P. (nov.-dez. 2000), “Agendas sociais: desafio da intersectorialidade na construção do desenvolvimento local sustentável”. *Revista da Administração Pública*, Vol. 34, No. 6, pp. 117-30.
 17. Harvey, David (1980), *A Justiça Social e a Cidade*, São Paulo, Editora Hucitec.
 18. Harvey, David (2013), “A liberdade da cidade”. In Maricato, Ermínia et al., *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo, Boitempo, Carta Maior.
 19. Heidemann, Francisco G. (2010), “Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento”. In: Heidemann, F. G. e Salm, J. F (org.), *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2ª edição.
 20. Hetmet, Guy (2002), *Cultura e Desenvolvimento*, Petrópolis, Ed. Vozes, Cap. 1.
 21. Maricato, Ermínia (2003), “Metrópole, legislação e desigualdade”. *Estudos Avançados*, Vol. 17, No. 48, pp. 151-167.
 22. Maricato, Ermínia (fev. 2006), “O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano”, em *IPEA Políticas Sociais – acompanhamento e análise*, Vol.12, pp. 211-219.
 23. Maricato, Ermínia (jul.-dez. 2008), “O automóvel e a cidade”, em *Ciência & Ambiente*, Vol.37, pp.5-12.
 24. Maricato, Ermínia (2013), “É a questão urbana, estúpido!” In Maricato, Ermínia et al., *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo, Boitempo, Carta Maior.
 25. Marini, Ruy Mauro (2005), “Dialética da Dependência, 1973”. In Trapasdini, Roberta; Stedille, João Pedro (orgs.), *Ruy Mauro*

- Marini – vida e obra, São Paulo, ed. Expressão Popular.
26. Mattei, Lauro (2012), “Desenvolvimento Brasileiro no Início do Século XXI: Crescimento Econômico, Distribuição de Renda e Destruição Ambiental”. In Bartelt, David D. *Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de Desenvolvimento Brasileiro*, Rio de Janeiro, Heinrich-Böll-Stiftung.
27. Misoczky, M. C. (2011), “World visions in dispute in contemporary Latin America: development x harmonic life”, em *Organization*, Vol. 3, No 3, pp. 345-363.
28. Nunes, Ivanil (2011), “Acumulação de capitais e sistemas de transporte terrestres no Brasil”. In Filho, Alcide G. e Queiroz, P. R. C. *Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil*, Dourados, ed. UFGD.
29. Peschanski, João Alexandre (2013), “O transporte público gratuito, uma utopia real”. In Ermínia Maricato et al., *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo, Boitempo: Carta Maior.
30. Ristoff, Taís (ago. 2008), “As transformações no capitalismo mundial e o fim do desenvolvimentismo no Brasil”. *XIII Encontro de História Anpuh-Rio*, Rio de Janeiro – Rio de Janeiro.
31. Rolnick, Raquel (2013), Apresentação. In Ermínia Maricato et al., *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo, Boitempo: Carta Maior.
32. Sachs, Ygnacy (1995), “Em busca de novas estratégias de desenvolvimento”, em *Estudos Avançados*, Vol. 9, No. 25, pp. 29-63.
33. Santos, Milton (1979), *Espaço e sociedade: ensaios*, Petrópolis, Editora Vozes.
34. Santos, Milton (1982), *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*, Petrópolis, Editora Vozes.
35. Sakamoto, Leonardo (2013), “Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas”. In Ermínia Maricato et al., *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo, Boitempo: Carta Maior.
36. Sicsú, J.; Paula, L. F.; Michel, R. (2005), *Novo-Desenvolvimentismo: um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social*, São Paulo, Manole e Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, Introdução.
37. Silva, Giliard de S. (dez 2010), “O pensamento econômico brasileiro de 1930 a 1964: por uma nova formulação tipológica”, em *A Economia em Revista*, Vol. 8, No 2.
38. Silva, Ana Paula; Morais, T. M. O. Q de (2004), “Exclusão social, transporte e políticas públicas”. *XVIII ANPET – Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes*. Florianópolis, Santa Catarina.
39. Singer, Paul (1998), *Economia política da urbanização*, São Paulo, Contexto.
40. Vainer, Carlos (2013), “Quando a cidade vai às ruas”. In Ermínia Maricato et al., *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo, Boitempo: Carta Maior.
41. Zizek, Slavoj (2013), “Problemas no Paraíso”. In Ermínia Maricato et al., *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo, Boitempo: Carta Maior.